

## A EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA PERSPECTIVA DE TEMA TRANSVERSAL DENTRO DA GEOGRAFIA ESCOLAR

**Carolina Araujo Michielin**

carolinaa.michielin@gmail.com<sup>1</sup>

**Amábili Fraga**

amabilifragaa@gmail.com

### Resumo

*A presente pesquisa procura destacar a importância da temática Educação Sexual na Educação Básica, com recorte na Geografia escolar, a partir do uso do livro “Educação Sexual na sala de aula: Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças” da Prof. Dra. Jimena Furlani. Fundamentado nas Abordagens e Princípios abordados no livro, o artigo dialoga com os Parâmetros Curriculares Nacionais sobre os temas transversais, e como estes devem e podem ser trabalhados em sala de aula, desde a infância até o ensino médio, atrelados à ciência geográfica. Ensinar e instruir sexualmente crianças e adolescentes contribui para uma “cultura educacional da prevenção” (FURLANI, 2011, p. 132). As questões sexuais e de gênero encontram-se explícitos em todas as esferas da vida atual, como nas mídias sociais, por exemplo, portanto esse debate deve ser introduzido nas escolas, numa visão de educação sexual e também que relacionem os estudos de gênero.*

**Palavras-chave:** Educação Sexual, Geografia, Conteúdo Transversal.

### Introdução

Visto que a Educação Básica e Formal tem como intuito primordial desenvolver integralmente o indivíduo, desejando que este possa ser inserido na sociedade através de uma vivência pautada na cidadania plena, os Parâmetros Curriculares Nacionais<sup>2</sup> (PCN) são contemplados, além da caracterização de cada área do conhecimento, com temas transversais a

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), vinculada ao Laboratório de Estudos e Pesquisas de Educação em Geografia (LEPEGEO).

<sup>2</sup> Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial para a educação no Ensino Fundamental em todo o Brasil, cuja função é orientar garantindo a “coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros” (BRASIL, PCN, p. 13, 1997).



estes saberes. Temas como questões ambientais, ética, pluralidade cultural, orientação sexual e saúde são considerados dentro da transversalidade da área de conhecimento da Geografia.

As identidades culturais são o que constituem os sujeitos, tanto sociais quanto escolares, levando em conta temáticas de sexualidade, gênero, raça, etnia, orientação sexual, classe social e também sua condição física (FURLANI, 2011). Fundamentado nesse conhecimento o objetivo desta pesquisa se concretiza com a ideia de destacar a importância da Educação Sexual dentro de sala de aula, como um tema transversal, que pode ser incorporado a Geografia Escolar, seja ela nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental como no Ensino Médio da Educação Básica. Os objetivos específicos e a justificativa da escolha desta temática se dá, principalmente, pelo estudo das “Abordagens contemporâneas para educação sexual” apresentada pela Professora Doutora Jimena Furlani em seu livro “Educação Sexual na Sala de Aula: Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças”. Que busca uma forma de organizar o ensino da educação sexual contemporânea e de que maneira ela é abordada e considerada hoje no Brasil.

O presente artigo está organizado de forma que enfatize a importância da educação sexual e como essa concepção é (e deve) ser trabalhada no ensino de Geografia, considerando o papel desta área do conhecimento na formação de cidadãos críticos que problematizem questões de preconceitos buscando uma sociedade igualitária, tanto no sentido político quanto social. Sendo assim, a primeira seção do texto trata das abordagens para educação sexual, os princípios para o desenvolvimento desta educação, além de evidenciar a importância da discussão desta temática na escola. A segunda seção traz um panorama da educação sexual como tema transversal na Geografia Escolar, e qual o papel desta área do conhecimento na Educação Básica, considerando que os estudantes são sujeitos ativos na produção do espaço geográfico em que vivem.

### **Abordagens e Princípios que Abarcam a Importância da Educação Sexual**

Dentro do universo pedagógico disposto em nosso país, no que se refere à educação sexual, existem representações acerca dessa educação e como esta pode ser discutida. A Prof. Dra. Jimena Furlani em seu livro “Educação em Sala de Aula: Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças”, debate exatamente essas questões e abordagens contemporâneas referentes à educação sexual no Brasil.

As Abordagens contemporâneas, do livro de Furlani, dividem-se em oito panoramas, sendo elas: abordagem biológico-higienista, moral-tradicionista, terapêutica, religioso-radical, dos direitos humanos, dos direitos sexuais, emancipatória e *queer* (FURLANI, 2011). Tais abordagens são tomadas como objetos de problematização da educação sexual. Neste artigo serão abordadas brevemente quatro destas, as quais foram consideradas, assim como Furlani, “as mais próximas do reconhecimento da diferença como positiva e benéfica” (FURLANI, 2011, p. 23). São estas, as abordagens dos direitos humanos, dos direitos sexuais, emancipatória e *queer*.

A primeira abordagem a ser tratada aqui diz respeito aos direitos humanos e como estes se relacionam com a educação sexual propriamente dita. Direitos Humanos compreendem todos os direitos inerentes aos seres humanos, independente se sua orientação sexual, raça, sexo, nacionalidade ou qualquer outra condição, sendo estes marcadores de desigualdades e injustiças no país. Portanto, “a educação sexual baseada na abordagem dos direitos humanos é aquela que fala, explicita, problematiza e destrói as representações negativas socialmente impostas a esses sujeitos e as suas identidades ‘excluídas’” (FURLANI, 2011, p. 24). Desta forma, aborda assuntos de dentro do processo educacional de uma maneira política, com intuito de construir e instruir uma sociedade mais igualitária e humana.

Outra abordagem trazida por Furlani (2011) abrange assuntos referentes aos direitos sexuais, sendo um direito humano fundamental e universal. Incorporado a Declaração dos Direitos Sexuais há artigos que tratam abertamente de direitos relacionados ao direito à liberdade sexual, direito à livre parceria sexual, direito à educação sexual integral e também o direito à atenção a saúde sexual. Direitos estes que reforçam que não apenas questões biológicas ou reprodutivas afetam a formação de um ser humano, mas que há a necessidade da discussão de assuntos que abordem a representação da liberdade sexual, por exemplo. É uma abordagem que enfatiza como a educação sexual deve ser um direito básico e fazer-se presente desde a infância.

A Abordagem emancipatória apresentada no livro de Furlani trata a educação sexual como uma “intervenção qualitativa, interseccional no processo educacional” (MELO apud FURLANI, 2011, p. 32-33), considerando que esta abordagem compreende o contexto social como sendo o repressor da sexualidade e a partir disso buscar a liberdade, que somente pode



ser conquistada a partir da consciência, ou seja, pela própria educação. A emancipação surge fundamentada na construção da cidadania, no qual entendemos o papel da ciência geográfica que tem como principal objetivo a formação de cidadãos para o mundo. Com o ensino de Geografia atrelado a Educação Sexual obtém-se a construção da cidadania que acarreta na formação de identidade dos sujeitos, levando-os a entender o sentido de liberdade de escolha individual.

A última abordagem trazida pela autora abarca a teoria *queer*, esta questiona o caráter fixo da identidade homossexual, levando em conta as diferenças, recusando, portanto, assuntos que relacionam a identidade sexual dos sujeitos de forma substancial. Sendo assim entende-se a função da abordagem *queer*, dentro da educação sexual, na qual aparece para questionar os pensamentos normativos que abarcam a sociedade.

Entende-se que estas abordagens são uma maneira de classificação de como a Educação Sexual pode ser compreendida e pensada, além de explicitar a importância de tal educação no contexto escolar. Baseado nessas reflexões compreende-se que a educação sexual deve ser introduzida desde a infância no âmbito da escola, visto que é um direito aos sujeitos e deve ser integral para a construção de suas identidades. Sendo assim, enfatiza-se que a sexualidade compreende “os desejos, identidades e condutas sexuais que são estabelecidas no processo de regulação social cotidiana e, sendo assim, a sexualidade é vivida temporal e espacialmente de diferentes formas” (SILVA, 2010, p. 45).

Para justificar e exemplificar a importância de uma educação sexual, além das abordagens contemporâneas, Jimena Furlani (2011) constrói princípios que estimulam e desafiam a educação sexual na sala de aula. À vista disto, segundo Furlanetto *et al.* (2018), a escola pode ser entendida como um espaço que cumpre certa função social, na qual passa a ser responsável pelo desenvolvimento intelectual, físico, social e também cultural dos sujeitos, sendo assim percebe-se que a sexualidade perpassa por todas as fases de evolução dos estudantes, dependendo também das características da formação a que são submetidos, considerando os diferentes modelos aprendidos tanto na família como na escola.

Então se segue com o Princípio de número 1, no qual, afirma que a educação sexual deve começar na infância e por este motivo deve se fazer presente no currículo escolar, uma vez que a sexualidade se constrói e se manifesta inicialmente durante a infância. A partir disso

tem-se o Princípio 2 que aborda que as manifestações da sexualidade não se justificam apenas pelo objetivo da reprodução, mas que também pode ser vista como um “ato de autoconhecimento” (FURLANI, 2011, p. 68).

Os próximos princípios – 3 e 4 – debatem, respectivamente, questões sobre a descoberta corporal sendo uma forma de expressão da sexualidade e como a prática pedagógica não deve segregar gêneros enquanto apresentar conhecimentos. A descoberta sexual é algo natural presente na infância e a educação sexual dispõe do papel de educar positivamente e consensualmente as expressões sexuais. Enquanto que o Princípio 4 defende a ideia de uma coeducação, significando “um ensino misto onde se prioriza a convivência entre meninas e meninos, que desenvolvem as atividades pedagógicas, juntos” (FURLANI, 2011, p. 68). O quinto princípio segue a mesma lógica, na qual meninos e meninas devem e podem possuir os mesmos brinquedos, para que não ocorra a limitação da aprendizagem e muito menos a perpetuação das construções rígidas que relacionam o papel de cada gênero e/ou sexo na sociedade.

Os três últimos princípios – 6, 7 e 8 – discutem questões de linguagem, expressão e valores, respectivamente. O de número 6 disserta com a concepção de que a linguagem plural dentro da educação sexual deve considerar tanto o conhecimento científico quanto o conhecimento popular ou familiar. O Princípio 7 reconhece que há diversas maneiras de expressão da sexualidade e/ou gênero em uma única pessoa. E a educação sexual tem a capacidade de discutir valores que abarcam assuntos como alteridade, respeito, solidariedade e os direitos humanos, esta é a proposta abordada no Princípio de número 8.

Deve-se considerar, a partir das Abordagens contemporâneas e os Princípios para a Educação Sexual que as possibilidades da prática pedagógica e o processo de ensino-aprendizagem transcorrem de formas distintas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e Médio. A educação sexual no âmbito da Educação Infantil se baseia principalmente em conhecer o próprio corpo, considerando as diferenças, apresentação das noções de higiene pessoal – lembrando-se dos conceitos de nudez e privacidade, estabelecendo os limites da intimidade da criança, a fim de evitar qualquer abuso –, discutir e reconhecer os modelos de famílias – demonstrando os laços afetivos e as formas de *conjugalidade* – entre outros (FURLANI, 2011). Durante a adolescência, anos finais do Ensino Fundamental e Ensino



Médio, sucedem acontecimentos que delimitam as significações sociais e culturais dos sujeitos, além de um processo de amadurecimento emocional e da mudança de uma identidade infantil para uma identidade adulta. Por conseguinte, Furlani aponta mais uma vez a importância da educação sexual nas escolas:

Tudo isso, em meu modo de ver, torna a educação sexual, indiscutivelmente, necessária e imprescindível aos currículos escolares. Sobretudo se considerarmos que todos esses processos de maturação mencionados envolvem temáticas de profundo interesse dos/as púberes, pré-adolescentes e jovens, como: o conhecimento de si; a busca por autonomia pessoal; [...] os limites da privacidade e do respeito; a responsabilidade de cidadania (voto, direção no trânsito, consumo de drogas sociais, responsabilidade penal); a percepção da sua sexualidade e orientação sexual; a ‘iniciação’ sexual com parceiros/as, a definição de sua identidade de gênero (FURLANI, 2011, p. 140).

Com base nesse pensamento Furlani ainda apresenta temas que podem ser discutidos e debatidos inicialmente gerando uma conversa produtiva enquanto se educa sexualmente adolescentes. Temas estes que podem abordar assuntos como a iniciação sexual dos estudantes, o envolvimento afetivo e emocional – seja homossexual ou heterossexual –, o autoerotismo, DSTs, gravidez – tanto a maternidade quanto a paternidade –, além de questões que retratem as desigualdades sociais relacionadas a gênero e os direitos humanos e sexuais.

### **A Educação Sexual como Tema Transversal no ensino de Geografia**

A ciência geográfica que integra os currículos do ensino fundamental e o ensino médio procura desenvolver nos estudantes conhecimentos relacionados à sua localização, compreensão e atuação em um mundo complexo, com a finalidade de problematizar a realidade em que vive, pensando criticamente e tendo em vista a sua transformação (BRASIL, PCN, 1997). O objetivo primordial da disciplina de Geografia é a compreensão da dinâmica social e espacial do meio em que se está inserido, e como este agente da produção dos espaços geográficos reproduz e transforma esse espaço em distintas escalas.

Embora a Geografia seja capaz de abarcar todas essas questões sociais de compreensão do mundo e do espaço geográfico, a disciplina não dá conta, isoladamente, de trabalhar alguns conteúdos pertinentes à formação dos estudantes na educação escolar. Visto que é necessário salientar a importância do acesso ao conhecimento socialmente acumulado de todas as áreas dentro das ciências básicas, levando em conta que cada uma destas aborda sua ciência pautada



na vivência de sua escola. Dito isso surgem os Temas Transversais dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais, incorporando ao currículo temas que o flexibilizam e dão abertura a diferentes abordagens de distintas temáticas.

Por tratarem de questões sociais, os Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Sua complexidade faz com que nenhuma das áreas, isoladamente, seja suficiente para abordá-los. Ao contrário, a problemática dos Temas Transversais atravessa os diferentes campos do conhecimento. Por exemplo, a questão ambiental não é compreensível apenas a partir das contribuições da Geografia. Necessita de conhecimentos históricos, das Ciências Naturais, da Sociologia, da Demografia, da Economia, entre outros. Por outro lado, nas várias áreas do currículo escolar existem, implícita ou explicitamente, ensinamentos a respeito dos temas transversais, isto é, todas educam em relação a questões sociais por meio de suas concepções e dos valores que veiculam (BRASIL, 1997, p. 25).

A partir de alguns critérios adotados foram elencados alguns temas que possuem urgência a serem discutidos dentro da educação escolar, como: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual. Os critérios para a seleção de tais temáticas se baseiam principalmente na urgência social de desconstruir obstáculos que dificultem a concretização da cidadania e também para que favorecessem a compreensão da realidade na participação social. No qual os estudantes possam desenvolver a capacidade de se posicionar frente às questões que interpelam a vida coletiva, sempre respeitando as diferenças (BRASIL, PCN, 1997).

As questões de gênero e sexualidade também são trazidas para dentro da lógica dos temas transversais, visto que é uma temática que permeia a convivência humana e suas relações nas mais diversas esferas da vida social. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) entendem que a Orientação Sexual é um processo de intervenção pedagógica que possui como propósito informar e problematizar questões relacionadas à sexualidade e como esta é difundida na nossa sociedade. A composição de uma orientação/educação sexual em sala de aula deve proporcionar aos estudantes os conhecimentos em relação ao corpo, questões de gênero, limites de intimidade, além de assuntos que envolvam a saúde pública como doenças sexualmente transmissíveis e suas prevenções.

O papel da Geografia Escolar, nesse sentido, é possibilitar a seleção de conceitos e conteúdos, como tema transversal, que discutam as questões de educação sexual em sala de



aula. Os próprios estudantes são os protagonistas da produção do espaço geográfico e, dessa forma, por si só podem fomentar debates na escola, pois a discussão e problematização da educação sexual têm sido apontadas como uma temática importante de ser abordada na Educação Básica.

A Educação Sexual na infância e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental aparece como um movimento de compreensão das manifestações do próprio corpo da criança, as quais são vistas como sexualmente saudáveis quando, por exemplo, passam a se sentir bem com seus corpos, que respeitam membros da família e outras crianças, que compreendem o conceito de privacidade, que sabem e tomam decisões de acordo com sua idade, que se sentem a vontade ao questionarem sobre qualquer assunto e que estão preparadas para a puberdade (HAFFNER apud FURLANI, 2011). Com o objetivo de alcançar e estabelecer a saúde sexual durante a infância, certos temas precisam ser levantados em sala de aula, estes, de acordo com a idade das crianças e adolescentes, podem ser referentes a diferenças de identidade, ser de identificar partes do corpo, possuir entendimento sobre higiene pessoal e conhecer os diversos modelos de família que se estabelecem em seu meio.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental são abordados conteúdos e conceitos que consideram a Geografia como uma possibilidade de leitura e compreensão do mundo. Dessa forma são apresentados conteúdos como: o estudo da natureza e sua importância na sociedade, relações do campo e cidade e como ocorrem as formações socioespaciais e a cartografia como instrumento na aproximação dos lugares e do mundo (BRASIL, PCN, 1998). Por conseguinte visa, como tema transversal, interpelar a educação sexual com tais conteúdos e conceitos, visto que quando se trabalha a Geografia como leitura do mundo e sociedade deve-se levantar abordagens que tratem, por exemplo, sobre a produção do espaço geográfico e como são desempenhados os papéis de homens e mulheres nessa produção – agregando esse tema aos estudos de gênero e tecnicamente a educação sexual.

Paralelamente dentro do currículo escolar de Geografia do Ensino Médio são apontados conceitos estruturantes e articulações que podem facilitar o modo de abordagem nas temáticas da educação sexual. Sendo conceitos básicos já trabalhados anteriormente com os estudantes durante sua trajetória escolar. Como por exemplo, quando conceitos como espaço, tempo e sociedade, são trabalhados em sala, levantam-se questões sobre expressões da sociedade, processos sociais, territorialidades ou a manifestação de distintas identidades. Assim é



pertinente que se discorra acerca de assuntos relacionados à estatística dentro da Geografia, como: dados sobre gravidez indesejada na adolescência, o aumento de doenças sexualmente transmissíveis entre jovens, à diferença salarial entre os gêneros, as barreiras de trabalho para as mulheres que decidem seguir a maternidade, etc. Ou simplesmente temáticas que questionem a formação socioespacial da região em que vivem ou a própria cidadania e produção no espaço desses cidadãos, que se formam como seres críticos, tudo isso podendo ser trabalhado a partir da perspectiva da Educação Sexual.

Essas temáticas abordadas na prática normalmente se dão de forma interdisciplinar, pois a Geografia, sozinha, não é capaz de discutir todos os assuntos que englobam a Educação Sexual. Sendo assim trago aqui algumas ideias que podem ser debatidas em sala levando em conta alguns aspectos geográficos e as temáticas de gênero e sexualidade.

Um dos conteúdos abordados no currículo da Geografia Escolar dos Anos Finais do Ensino Fundamental e também do Ensino Médio diz respeito à estatística, na qual podem ser elaborados gráficos e tabelas com a finalidade de organizar e analisar estudos e acontecimentos de nossa sociedade. Dessa forma é possível associar esse tema à Educação Sexual quando interpelamos com assuntos referentes à homofobia, hetero e homossexualidade, por exemplo. Neste caso, inicialmente, podemos refletir acerca de assuntos emergentes em nosso país, como a criminalização da homofobia, seguindo com a explicação do conceito de orientação sexual que se encontra apoiado nos PCN. Ao discutir essas questões pode-se iniciar a construção de gráficos que representem dados acerca a homofobia por regiões do Brasil, onde nota-se, por exemplo, que 43% das mortes de homossexuais acontecem no Nordeste do país (EXAME, 2014). Esses e outros dados podem ser apresentados em sala a fim de discorrer sobre a importância da Educação Sexual no contexto escolar, relacionando os conteúdos da Geografia de forma significativa a partir da elaboração de gráficos que representam como a homofobia é um problema no país e que as questões a respeito da orientação sexual devem e podem ser discutidas em sala de aula.

### **Considerações finais**

Entende-se que a escola tem o papel de trabalhar com práticas que vão além da formação da cidadania, os temas transversais inclusos nos Parâmetros Curriculares Nacionais cumprem



essa função de agregar algo a mais para a educação em termos gerais. Ensinar e instruir sexualmente crianças e adolescentes contribui para uma “cultura educacional da prevenção” (FURLANI, 2011, p. 132), que constitui uma atitude pedagógica de inclusão curricular da Educação Sexual desde a infância.

Crianças da Educação Infantil e dos primeiros anos do Ensino Fundamental mostram-se mais tranquilas para essas discussões, especialmente porque ainda não têm interesse na ‘prática sexual’ (como ocorre entre adolescentes, nos trabalhos que envolvem 5ª e 8ª séries – 6º ao 9º ano). [...] Nesse sentido, me parece muito mais eficiente que a educação sexual invista, primeiro, suas tentativas de formação à uma educação preventiva, na infância (FURLANI, 2011, p. 132).

Considera-se aqui, novamente, o objetivo geral dessa pesquisa, que procura enfatizar a importância da Educação Sexual atrelada a Geografia Escolar, que mesmo que existam recursos e documentos que proporcionem práticas educativas nesta área de estudo, nota-se, segundo Furlanetto *et al.* (2018) que as atividades realizadas nas escolas, que abrangem a temática de Educação Sexual, possuem caráter temporário, ou seja, são realizadas por profissionais que não participam do quadro escolar. “Essas atividades atingem apenas uma parte da população escolar, concentrando 75% das ações no ensino fundamental (5º ao 9º ano), e 25% no ensino médio” (FURLANETTO *et al.*, 2018, p. 559).

A elaboração desse artigo se concebeu principalmente através do livro “Educação Sexual na sala de aula: Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças” de Jimena Furlani. Consequentemente todos os princípios e abordagens apresentados aqui dialogam com o livro a fim de compreender, da maneira mais pedagógica possível, uma educação sexual durante a infância perpassando pela adolescência dos estudantes. As questões sexuais e de gênero encontram-se explícitos em todas as esferas da vida atual, como nas mídias sociais, por exemplo, portanto esse debate deve ser trazido para dentro de sala de aula, numa visão de educação sexual incluindo os estudos de gênero.

### Referências bibliográficas

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, orientação sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.



BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : geografia** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC/ SEF, 1998.

CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 133 p. Orientações curriculares para o ensino médio; volume 3. **Conhecimentos de Geografia**, p. 41-62.

FURNANETTO, Milene Fontana. *et al.* Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de pesquisa** v.48 n.168 p.550-571 abr./jun. 2018.

FURLANI, Jimena. **Educação Sexual na sala de aula: Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. **Espaço e cultura**, UERJ, RJ, n. 27, p. 39-55, jan./jun., 2010.

VIMERCATE, Nicolly. Os estados mais perigosos para os gays no Brasil. **Exame**, 2014. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/os-estados-mais-perigosos-para-gays-no-brasil/>>. Acesso em: 22 de maio de 2019.